

# MAPEAR PROGRAMAS, PROJETOS, AÇÕES E ESTRUTURAS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIAIS POR PARTE DOS MUNICÍPIOS: UM DESAFIO QUE SE IMPÕE

Edemar Rotta, Doutor, UFFS, *Campus* Cerro Largo

Carine Muller Pereira, Graduanda e bolsista, UFFS, *Campus* Cerro Largo

Daniela Morais de Lima, Bacharel em Administração, UFFS, *Campus* Cerro

Felipe Micaíl da Silva Smolski, Mestre, UFFS, *Campus* Cerro Largo

## RESUMO:

O estudo das políticas públicas e, dentre elas as sociais, tem representado um campo importante de pesquisas quando se pensa o desenvolvimento. O texto reflete sobre os primeiros resultados de um projeto de pesquisa em desenvolvimento na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) que tem como objetivo básico a realização de um mapeamento dos programas, projetos, ações e estruturas existentes nos municípios da Região Funcional 7 para a prestação dos serviços sociais, no sentido de garantir aos cidadãos a efetividade das políticas sociais. A metodologia empregada fundamenta-se no materialismo dialético, destacando as estratégias da pesquisa bibliográfica, documental e o estudo de experiências concretas, com busca de informações nos sites das prefeituras e nos Sistemas Estaduais e Nacionais das respectivas áreas; e, por fim, a realização de um questionário estruturado, visando buscar informações complementares. O estudo demonstrou baixo retorno dos municípios aos questionários disponibilizados para respostas, com apenas 27,27% dos mesmos; estruturas de atendimento, gestão e controle social consolidadas nas áreas de educação, saúde e assistência social, porém, bastante precárias nas demais; e dificuldades de os pequenos municípios articularem programas, projetos e ações entre os diferentes entes da Federação. A criação de infraestrutura básica de equipamentos, pessoal, gestão e controle social são essenciais para a prestação de serviços sociais de qualidade aos cidadãos, contribuindo para a garantia de direitos e melhoria das condições de vida nos municípios.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Políticas Sociais. Região Funcional 7. Inclusão Social. Cidadania.

## INTRODUÇÃO

O estudo das políticas públicas e, dentre elas as sociais, tem representado um campo importante de pesquisas quando se reflete sobre desenvolvimento. A relação entre as políticas públicas sociais e as dinâmicas de desenvolvimento das diferentes sociedades adquiriu relevância com a afirmação dos indicadores de segunda e terceira geração (VEIGA, 2005), que evidenciam a insuficiência da centralidade nos aspectos econômicos para mensurar o desenvolvimento. A retomada dos princípios neoliberais, aliados ao neoconservadorismo, no caso brasileiro, tem reposto o debate sobre as atribuições específicas do Estado. Realidade essa que exige, dos pesquisadores das ciências humanas,



sociais e sociais aplicadas, a ampliação dos estudos no sentido de evidenciar, cada vez mais, o caráter público do Estado e as prerrogativas do desenvolvimento de políticas sociais como atribuição essencial do mesmo.

O texto reflete sobre os primeiros resultados de um projeto de pesquisa em desenvolvimento na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) que tem como objetivo básico a realização de um mapeamento dos programas, projetos, ações e estruturas existentes nos municípios da Região Funcional 7<sup>1</sup> para a prestação dos serviços sociais, no sentido de garantir aos cidadãos a efetividade das políticas sociais.

A Constituição brasileira de 1988 elevou os municípios à condição de “entes federativos, dotados de autonomia própria, materializada por sua capacidade de auto-organização, autogoverno, autoadministração e autolegislação” (LENZA, 2013, p. 473); efetivou os princípios da descentralização, da gestão democrática e do controle social; e atribuiu aos municípios relativo protagonismo na concepção, organização e gestão das políticas públicas. Porém, a realidade que envolve os municípios brasileiros é diversa e desigual, tanto em área geográfica quanto em população, geração de riqueza e condições de vida (IBGE, 2020).

O Brasil possui 5.570 municípios (somados aqui o Distrito Federal e o Distrito Insular de Fernando de Noronha), dos quais 3.797 apresentam população até 20 mil habitantes, sendo considerados de pequeno porte. Por outro lado, se tem 326 municípios com população superior a 100 mil habitantes, dos quais 49 possuem população superior a 500 mil e 17 com mais de um milhão de habitantes. Mesmo que predominem os municípios de pequeno porte, os “modelos” de organização das políticas públicas, no Brasil, trabalham com uma concepção definida a partir das médias e grandes cidades, normalmente presentes em municípios com mais de 100 mil habitantes, que são apenas 5,85% dos municípios brasileiros. Não se desconhece o fato desses 326 municípios com mais de 100 mil habitantes concentrarem quase 60% da população do país (IBGE, 2020), mas se quer ressaltar a realidade vivida pelos pequenos municípios brasileiros.

Essa diversidade e desigualdade nos faz perguntar quais as condições que os municípios da Região Funcional 7 apresentam, em termos de programas, projetos, ações e condições de infraestrutura física e de pessoal, para garantir os direitos sociais dos cidadãos, expressos no Art. 6º da Constituição Brasileira de 1988. Pergunta que nos fez recorrer ao estudo de documentos; busca de informações nos sites das prefeituras e nos Sistemas Estaduais e Nacionais das respectivas áreas; contato direto com as chefias de gabinete dos

---

<sup>1</sup> Detalhes na compreensão metodológica e delimitação do local de estudo, a partir da página 6.



prefeitos e assessorias de comunicação; e, por fim, a realização de um questionário estruturado que foi disponibilizado aos municípios no aplicativo *google forms*. Este artigo foca na apresentação e reflexão sobre o retorno das informações dadas pelos municípios da região a partir do questionário estruturado.

Tem-se presente que a garantia dos direitos sociais passa, fundamentalmente, pela implantação de políticas sociais efetivas, capazes de gerar proteção e promoção social, como refere (CASTRO, 2012). Políticas que se materializam via programas, projetos e ações realizadas diretamente pelo Estado (em suas diferentes esferas, instituições públicas e/ou autarquias) ou por delegação, mas que necessitam ser coordenadas por meio de uma política pública articulada (PFEIFER, 2014), sob responsabilidade direta dos governos e a partir dos interesses da coletividade.

O texto está estruturado em três partes essenciais, além dessa introdução e da conclusão. Na primeira parte apresentam-se os fundamentos teóricos que embasam a pesquisa. Na segunda expõe-se a proposta metodológica, com a delimitação do local de estudo. Na terceira, apresentam-se os resultados alcançados até o momento e reflete-se sobre eles. Na conclusão, além de destacar algumas evidências do estudo realizado, apontam-se os desafios que a pesquisa ainda precisa enfrentar.

## **1 Fundamentos teóricos da pesquisa**

A pesquisa trabalha com três campos epistêmicos centrais: políticas públicas, políticas sociais e desenvolvimento. Cada um deles possui uma tradição própria de estudos (SOUZA, 2006; BEHRING e BOSCHETTI, 2006; SIEDENBERG, 2006) que, cada vez mais, se inter-relacionam quando se trata de pesquisas da natureza da aqui proposta. Aliás, a interdisciplinaridade se constitui em uma marca na produção do conhecimento a partir da superação do paradigma cartesiano.

Lago e Rotta (2019) compreendem que “o debate sobre políticas públicas é, necessariamente, um debate multidisciplinar” (p. 23). Ele envolve e interessa a um conjunto expressivo de ciências que refletem, desde questões macroestruturais (concepções de Estado, modelos de desenvolvimento, papel do Estado, entre outras) até questões mais ligadas aos aspectos operacionais (políticas específicas, avaliações de políticas, controle social, ações dos atores envolvidos, entre outras). Porém, é a partir da ciência política que se constitui um campo de reflexão próprio às políticas públicas, afirmando marcos teóricos e metodológicos que lhe dão forma.



É no pós-Segunda Guerra Mundial, a partir de pesquisadores de universidades norte-americanas<sup>2</sup> que as políticas públicas se consolidam “como disciplina (relativamente) autônoma, se diferenciando especialmente em relação aos estudos clássicos sobre o Estado”, voltada à análise das ações dos governos, com métodos específicos e via pesquisadores independentes (LAGO; ROTTA, 2019, p. 25). Estes pesquisadores ressaltam a necessidade de compreender os múltiplos e complexos processos que envolvem as ações dos governos em resposta “às demandas da sociedade, dos partidos, da mídia, de grupos de interesse e de suas próprias estruturas internas, tomando decisões e implantando programas” (idem, p. 25).

“No Brasil é apenas entre o final dos anos 1980 e início dos 1990 que os estudos sobre políticas públicas se desenvolvem de forma mais sistemática, em grande medida como decorrência do retorno ao regime democrático” (LAGO; ROTTA, 2019, p. 26). Os estudos sobre a “Reforma do Estado”, conduzidos por Bresser-Pereira (1997), de certa forma, deram o tom desse debate, ressaltando a necessidade de discutir temas como o tamanho do Estado, seu funcionamento e sua eficiência; o papel do Estado, enquanto agente regulador, ou não, do mercado e da sociedade civil; a governança, enquanto capacidade de sustentação fiscal e operacional; e a governabilidade, enquanto legitimidade do governo frente à sociedade.

Contudo, embora tenham se consolidado a partir dos anos 2000, os estudos sobre políticas públicas, especialmente no Brasil, “perderam a perspectiva de conjunto e foram abrindo mão de reflexões mais teórico-conceituais sobre o Estado e o sistema político em nome de abordagens predominantemente descritivas” (LAGO; ROTTA, 2019, p. 27), que enfrentam enormes dificuldades para dar conta “dos macroprocessos sociopolíticos e institucionais que configuram o complexo cenário onde as políticas públicas são concebidas e institucionalizadas” (idem, p. 27).

Portanto, no escopo desta pesquisa trabalha-se com a concepção de políticas públicas como uma área específica de conhecimento, no interior da ciência política, porém com olhar interdisciplinar, voltada a compreender as ações (ou não ações) dos governos (como materialização do poder do Estado, em suas diferentes esferas) em resposta às demandas da sociedade, em seus múltiplos grupos de interesse, tomando decisões e implantando programas, projetos e ações.

Entre as políticas públicas, este estudo foca nas políticas sociais, conforme definidas no Artigo 6º, da Constituição Federal de 1988. As políticas sociais têm suas origens nos movimentos populares do século XIX, como resposta aos conflitos surgidos na relação entre

---

<sup>2</sup> Entre os pesquisadores das políticas públicas existe certo consenso de que os “fundadores” dessa área específica de estudos sejam H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton (LAGO; ROTTA, 2019). Detalhes das contribuições de cada um podem ser vistos em Souza (2006) e Frey (2000).



capital e trabalho, afirmando-se, ao longo do século XX, com as experiências de Estado Social (COUTO, 2004).

O estudo das políticas sociais tem despertado a atenção de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, com destaque para o serviço social. Na tradição da produção teórica do serviço social é hegemônica a compreensão que situa as políticas sociais no conjunto das relações macroeconômicas do processo de produção e reprodução do capital e do contexto específico no qual o mesmo se realiza. Ou seja, elas devem ser situadas no contexto mais amplo de discussão a respeito dos projetos de sociedade em disputa; das relações entre capital e trabalho; dos conflitos de classe; das concepções de Estado; e das próprias políticas públicas em seu conjunto. Neste processo elas são perpassadas por conflitos de classe e desempenham, de forma especial, três “funções”: econômica, política e ideológica. Econômica, ao atuar no processo de barateamento da força de trabalho por meio da socialização dos custos de produção. Política, no sentido de garantir ao Estado, e, por consequência, ao grupo hegemônico o controle de sua concepção e dos mecanismos básicos de sua operacionalização. Ideológica, ao funcionar como mecanismo de legitimação da ordem social vigente (ROTTA; LAGO; HENTGES, 2019).

Analisando diversas vertentes teóricas, de profissionais de diferentes áreas do conhecimento, e experiências concretas de implantação, Castro (2012) evidencia a inexistência de um conceito inequívoco ou consensual a respeito do que seja política social. Buscando identificar o que seriam os elementos chaves para uma possível delimitação do conceito, aponta para um campo multidisciplinar, com foco central nas ações do Estado, na perspectiva de garantir direitos aos cidadãos. Propõe que se entenda as políticas sociais como o “conjunto de programas e ações do Estado que se concretizam na garantia da oferta de bens e serviços, nas transferências de renda e regulação dos elementos do mercado” (p. 1014), com vistas a realizar a proteção e a promoção social. Retomando uma tradição que remonta aos clássicos da área do Serviço Social brasileiro Pfeifer (2014) relembra que as políticas sociais devem ser pensadas na perspectiva de responder “ao conjunto de necessidades sociais humanas” (p. 748), que são construídas e reconstruídas de acordo com o grau de desenvolvimento das sociedades.

A compreensão de que há uma relação estreita entre políticas sociais e propostas de desenvolvimento das sociedades é consenso entre pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento (BEHRING; BOSCHETTI, 2006; ROTTA, 2007). Porém, essa relação tende a ser diversa, a partir das compreensões teóricas e das experiências implantadas (BOSCHETTI et al, 2018). Essa constatação nos remete a evidenciar o que se entende por desenvolvimento no âmbito da pesquisa em curso.



A pesquisa filia-se ao enfoque histórico-estrutural, da tradição brasileira e latino-americana sistematizada nos escritos de Celso Furtado e Raúl Prebisch. Nesta tradição, a ideia de desenvolvimento possui ao menos três dimensões. A primeira, aponta para o necessário incremento da eficácia do sistema social de produção, na medida em que o mesmo, mediante a acumulação e o progresso técnico, eleva a produtividade de força de trabalho. A segunda, vincula-se à satisfação das necessidades humanas elementares da população, no sentido de garantir a dignidade e promover a cidadania. A terceira, reitera a importância de um projeto ideológico de futuro, que estabeleça objetivos claros, definidos na esfera política e a partir de interesses de grupos e classes sociais. (FURTADO, 2000).

Perspectiva essa que é corroborada por Randolph (2016) ao afirmar que só há verdadeiro desenvolvimento onde existir um projeto social subjacente. Um projeto de transformação da realidade na direção da realização das potencialidades humanas, como “alargamento do horizonte de possibilidades de determinada sociedade” ou “realização das potencialidades humanas em duas direções” (p. 53). De um lado, pela “exploração de potencialidades já presentes na realidade”; de outro, pela produção de potencialidades, externamente, “por meio da ativação de recursos materiais e simbólicos inexistentes até então, o que poderia estimular a mobilização de sujeitos sociais e políticos” (p. 53).

Esta compreensão entende que o desenvolvimento é um processo social localizado, no qual a dimensão do espaço, como “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 2006, p. 12) exerce um papel essencial, fazendo com que as múltiplas escalas (local, regional, nacional e global) devam ser compreendidas em suas múltiplas relações. Neste cenário, cada vez mais, se faz necessário estudar e compreender as regiões e os espaços locais, quer para entender como relacionam-se com o espaço global, quer para perceber suas especificidades, limites e potencialidades (SILVEIRA, 2013).

## **2 Compreensão metodológica e delimitação do local de estudo**

A tradição de estudos nas áreas das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas tem demonstrado a existência de um intenso debate a respeito das questões que envolvem as opções metodológicas na realização de processos de pesquisa, indo desde pressupostos epistêmicos até a definição dos instrumentos com os quais se operam os processos práticos (LEFEBVRE, 1975; DEMO, 1995; FRIGOTTO, 2004; MINAYO, 2002 e 2007; entre outros). Em termos epistêmicos esta pesquisa guia-se pelos princípios da dialética materialista histórica (FRIGOTTO, 2004), que busca a apreensão da realidade em sua totalidade; a percepção das conexões entre as múltiplas dimensões dos fenômenos; a identificação das contradições e dos interesses em jogo; e a perspectiva da historicidade, da provisoriedade,



do dinamismo e da transformação.

A abordagem dialética ressalta que o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e cultural; reconhece a relação entre a objetividade e a subjetividade; entende que a realidade vai além dos fenômenos percebidos pelos sentidos e incorpora a manifestação dos atores sociais, os valores do cientista, os significados produzidos, os conflitos existentes e os dados qualitativos. A abordagem dialética situa a questão da objetividade da pesquisa social em outro nível, ou seja, no sentido da objetivação. Objetivação que se funda no rigor no uso do instrumental teórico e técnico adequado para a realização da pesquisa (MINAYO, 2002).

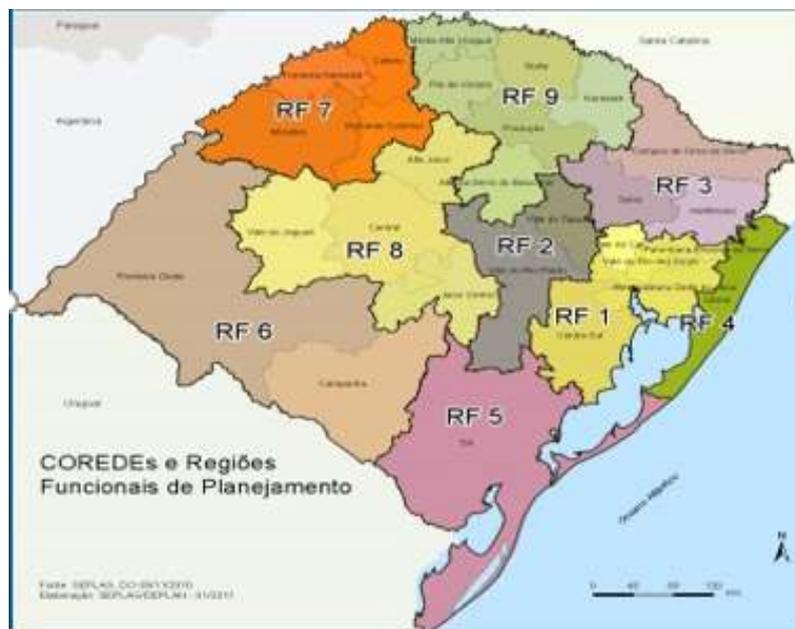
A partir dos princípios da dialética materialista histórica definiram-se as estratégias metodológicas capazes de viabilizar a obtenção dos objetivos do estudo. Entre essas estratégias destacaram-se a pesquisa bibliográfica e documental e o estudo de experiências concretas. A pesquisa bibliográfica e documental é aporte constante e fundamental para aprofundar os estudos a respeito do desenvolvimento e das políticas públicas. O estudo das experiências concretas está em curso a partir de consultas aos sites dos municípios; contatos telefônicos com as chefias de gabinete e/ou assessorias de comunicação; envio de correspondências oficiais solicitando informações, incluindo-se um pedido formal via E-sic (Serviço de Informação ao Cidadão); aplicação de um questionário estruturado via *google forms*<sup>3</sup>; e busca de informações em sites oficiais das Secretarias Estaduais, Ministérios, Institutos e Centros de Pesquisa. Para este texto trabalha-se com as respostas recebidas das prefeituras, as áreas respectivas e a distribuição por COREDE, a fim de proporcionar uma demonstração inicial da aderência à pesquisa e a disponibilidade das informações.

Trabalhou-se com os 77 municípios que integram a Região Funcional 7, de acordo com a regionalização adotada pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG). A Região Funcional 7 integra os Coredes Celeiro, Fronteira Noroeste, Missões e Noroeste Colonial. Situada na Fronteira com a Argentina e com o estado de Santa Catarina; representa quase 10% do território gaúcho; com população de 758.497 habitantes, segundo as projeções do IBGE para 2018, correspondendo a 7% da população do RS, sendo que 31% residem na área rural, e 69% na área urbana; possui um Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) situado entre as faixas de médio e alto, com variações entre os municípios de 0,617 a 0,831, para 2016 (RIO GRANDE DO SUL, 2019b).

---

<sup>3</sup> O projeto também previa a realização de visitas aos municípios nos quais houvesse necessidade de detalhar os objetivos e auxiliar na coleta e organização das informações. Porém, a Pandemia de Covid 19, a partir de março de 2020, inviabilizou as mesmas e acabou prejudicando a coleta de informações uma vez que muitas prefeituras passaram a adotar *on office* em suas rotinas de trabalho.

**Figura 1:** Mapa do Rio Grande do Sul e as Regiões Funcionais de Planejamento



**Fonte:** RIO GRANDE DO SUL (2019b, p. 12).

A região possui menor participação da indústria da transformação na formação do PIB, em comparação com o RS, pois a produção está mais voltada para as atividades agropecuárias, que se caracterizam pelo grande número de pequenas propriedades familiares, com produção diversificada e presença de propriedades com elevado nível de mecanização e tecnologia. O PIB da RF7, em 2016, era de R\$ 27,1 bilhões, correspondendo a 6,6% do PIB estadual. O perfil da região aponta para problemas relativos à logística de transporte, baixa exploração do potencial turístico, manutenção da cadeia produtiva metalmeccânica e integração com universidades e centros de pesquisas regionais (RIO GRANDE DO SUL, 2019b).

### **3 Algumas evidências constatadas a partir do estudo**

Conforme definido nos procedimentos metodológicos, o primeiro passo da pesquisa foi a busca de informações nos sites oficiais dos 77 municípios da Região Funcional 7. Na consulta aos sites buscou-se informações sobre as áreas de políticas sociais selecionadas para o estudo: educação, cultura, saúde, habitação, urbanismo, previdência, assistência social e trabalho. Constatou-se que as informações disponíveis a respeito dos programas e projetos em vigor nas áreas selecionadas, os objetivos dos mesmos, os atores envolvidos, a população atendida e os recursos dispendidos são muito frágeis e incompletas na ampla maioria dos municípios. Estas constatações vão ao encontro de estudos realizados a respeito



dos níveis de transparência pública municipal, tais como os evidenciados por Santos (2017), Santos e Visentini (2018), Fenner et al (2019), Correa (2020), entre outros. Estudos que mostram a deficiência de informações nos portais eletrônicos dos municípios para o atendimento ao que prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), a Lei da Transparência (Lei nº 131/2009) e a Lei de Acesso à Informação – LAI (12.527/2011).

Constatada essa deficiência nos sites partiu-se para a segunda etapa da pesquisa, a realização de contatos com as chefias de gabinete do prefeito e/ou assessorias de comunicação para ver da possibilidade de aceite em participar da pesquisa e recepção dos e-mails e viabilização das formas de comunicação possíveis com os municípios. Nestes contatos trabalhou-se com a proposta de envio de um questionário estruturado que, devido a sugestões recebidas, optou-se por disponibilizá-lo no *google forms* após a realização de seu pré-teste em um município da região. Organizou-se um link específico para cada área de políticas sociais que se almejava pesquisar, enviando o mesmo para as chefias de gabinete e/ou assessorias de comunicação dos municípios com as informações necessárias para seu preenchimento. Ao mesmo tempo colocou-se à disposição os contatos dos responsáveis pela pesquisa a fim de esclarecimento de dúvidas.

O quadro 1 nos dá uma noção das respostas recebidas, por Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) e por área de política social.

**Quadro 1:** Total de retornos por Área e COREDE

Área	Educação e Cultura	Saúde e Saneam.	Habitação e Urbanis.	Assistência e Previd.	Trabalho	Total	Respostas esperadas
<b>COREDE</b>							
<b>Celeiro</b>	7	4	4	6	6	27	(21x5) = 105
<b>Missões</b>	7	4	8	6	8	33	(25x5) = 125
<b>Front. Nor.</b>	8	2	3	7	5	25	(20x5) = 100
<b>Nor. Colonial</b>	5	5	3	4	3	20	(11x5) = 55
<b>Total</b>	27	15	18	23	22	105	385

**Fonte:** Questionários submetidos, organizados pelos autores.

Pode-se perceber que as respostas ficaram bem aquém do esperado (27,27%), mesmo com todos os contatos realizados e com prazos solicitados pelas próprias chefias de gabinete e/ou assessorias. O COREDE Missões foi o que forneceu o maior número de retornos, porém é a região com maior número de municípios, alcançando apenas 26,4% do total das respostas esperadas. Proporcionalmente ao total de respostas esperadas, o COREDE Noroeste Colonial foi o que mais retornou, com 36,36% das respostas esperadas. No tocante às áreas de políticas sociais selecionadas, educação e cultura foi a que apresentou maior retorno, mesmo que com apenas 35,06% das respostas esperadas. Este quadro pode



nos indicar que os municípios aderiram de forma muito baixa à demanda da pesquisa, aproximando-se do que já se constatava nas informações obtida nos próprios sites e nos estudos sobre transparência pública já apontados anteriormente.

Mesmo assim foi possível ter uma noção geral das estruturas existentes nos municípios para a prestação dos principais serviços sociais que decorrem das áreas de políticas definidas no Art. 6º da Constituição Federal de 1988. Estrutura essa que se passa a analisar na sequência.

### **3.1 Educação e Cultura**

Em relação ao questionário da Educação e Cultura, obteve-se 27 respondentes, no quais sete pertencem ao COREDE Celeiro, sete ao Missões, oito ao Fronteira Noroeste e cinco ao Noroeste colonial. Em termos percentuais, o Noroeste Colonial foi o que teve maior retorno, com 45,45% das respostas esperadas.

Todas as 27 responderam possuir secretaria específica para tratar da questão da Educação. O Conselho Municipal de Educação não foi citado em apenas 1 município. Quando perguntados sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação, 15 responderam possuir o mesmo, evidenciando em seus objetivos alinhamento com o Plano Estadual e Nacional, referindo como prioridades a busca da universalização do acesso e a qualidade dos processos de ensino-aprendizagem, a gestão democrática, o controle social e a formação cidadã. Se pode afirmar que os municípios apresentam estrutura de gestão e controle social nos padrões exigidos pelas legislações e normativas vigentes, especialmente na área da educação.

Quando questionados a respeito da estrutura de atendimento aos alunos, em termos de prédios, equipamentos e recursos humanos, denota-se que as respostas indicam uma preocupação com a atendimento à creche, educação infantil e ensino fundamental, uma vez que o atendimento ao ensino médio, educação de jovens e adultos e ensino superior são atribuições prioritariamente desempenhadas pela esfera estadual e federal. O maior desafio ainda apontado é a universalização do acesso à creche a à educação infantil, sendo o ensino fundamental praticamente generalizado. Quando analisados o número de alunos e o correspondente em professores e, no quadro, constata-se o predomínio absoluto de estruturas bem servidas neste quesito, em condições de prestar serviço adequado. Em relação aos servidores de escola, as respostas foram insuficientes para produzir um diagnóstico mínimo, indo desde municípios que evidenciaram números adequados e consistentes, até ausência de respostas ou indicação de não possuírem, o que pode denotar a falta de entendimento da pergunta. Todos os municípios também declararam realizar



transporte escolar, ou próprio ou terceirizado, atendendo, inclusive, alunos de escolas estaduais, particulares e federais, incluindo aí até mesmo alunos de ensino superior.

No que diz respeito, ao atendimento à alunos com necessidades especiais, 24 municípios alegam ofertar atendimento, através de AEE (Atendimento educacional especializado), APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) ou ainda, a disponibilização de salas e profissionais para esse fim. Apenas um município não conseguiu indicar o número de alunos atendidos nesses serviços, o que denota que os demais possuem “controle” sobre as informações e evidenciam o acompanhamento dos trabalhos realizados, quer em suas estruturas próprias ou conveniadas/contratadas.

Quando se analisa, de forma específica, o caso da cultura, percebe-se maiores deficiências, especialmente nos pequenos municípios e nas questões ligadas aos recursos humanos e administrativos para tratar do tema. A maior parte (23 dos 27) não possui secretaria específica para a cultura, sendo esta área ligada às secretarias de educação na maioria dos casos. Em outros citam estar ligada à secretaria de esportes e lazer, não os referindo como cultura. O Conselho Municipal de Cultura está organizado em mais de 50% (14 dos 27) dos municípios que responderam. Em relação à Plano Municipal de Cultura, 24 municípios indicaram possuir, o que denota 88,88% dos respondentes. Os municípios indicam uma gama expressiva de eventos culturais que promovem e/ou apoiam, denotando uma articulação consistente com entidades locais.

Em relação às estruturas físicas para dar conta da área da cultura, todos os municípios indicaram possuir ginásios de esporte ou quadra poliesportiva e quadra coberta, em sua maioria públicas, para atender aos munícipes. Também 14 relataram possuir parques municipais públicos. Sobre salões de eventos, apenas 7 responderam não possuir estrutura própria, indicando a presença de salões comunitários de instituições religiosas ou esportivas. Em relação à academias e outros serviços privados, apenas 3 responderam negativamente. Percebe-se que os municípios possuem estruturas físicas para proporcionar eventos culturais, com destaque para esportes variados, festas, bailes e entretenimento.

### **3.2 Saúde e Saneamento**

O questionário para as áreas de Saúde e Saneamento foi o que apresentou o índice mais baixo de retorno da pesquisa, com apenas 15 respostas das 77 possíveis, o que representa apenas 19,48% dos municípios, entre os quais quatro municípios pertencem ao COREDE Celeiro, quatro ao Missões, dois ao Fronteira Noroeste e cinco ao Noroeste Colonial. Considerando ser a área da saúde uma das que possui consolidada tradição de construção coletiva, participação e controle social, os retornos restritos foram surpresa.



Quando se olha para a estrutura existente nos municípios na área da saúde, denota-se que todos possuem secretaria e conselho específicos para a área, aspectos obrigatórios por lei para acessar os recursos e as estruturas do Sistema Único de Saúde (SUS). Porém o que preocupou foi que quase a metade dos municípios respondentes (7 de 15), manifestou não ter Plano Municipal de Saúde, outra exigência elementar para o município integrar o sistema e acessar os serviços, atendendo à Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde, a NOB-SUS/96. Outro aspecto que chamou a atenção foi que apenas dois municípios respondentes optaram pela gestão plena, permanecendo os demais na atenção básica ou primária. A condição de pequenos municípios, a maior parte deles com populações abaixo de 10 mil habitantes, justificam essa escolha e referem que a preocupação central é a prestação dos serviços de atenção básica, com baixa complexidade. Para os demais serviços entendem ser mais adequado os Consórcios Intermunicipais ou convênios com municípios maiores que possuem melhores estruturas públicas e privadas de prestação de serviços.

Todos indicaram ter, ao menos, uma Unidade Básica de Saúde e os profissionais estabelecidos nas orientações do SUS para seu funcionamento. Sete municípios indicaram a existência de hospitais em suas sedes, sendo em sua maioria absoluta (6 deles) filantrópicos, com apenas um público municipal. Essa é uma tendência da região Noroeste do Rio Grande do Sul, na qual a ausência reiterada do estado na prestação dos serviços de saúde levou a própria população a criar suas estruturas comunitárias de atendimento. Com o advento do SUS, grande parte dessas estruturas e seus profissionais passaram a conveniar com o ente público e prestar serviços a ele no atendimento à população.

Não foi objeto da pesquisa o detalhamento das exigências da Portaria nº 2.488/2011 no que se refere às normas para a oferta da Atenção Básica, que é a predominante na região, mas se observou que os municípios indicam a existência de estruturas físicas, de equipamento e pessoal indicadas para o funcionamento das UBS e dos programas aos quais se habilitam. Entre os principais programas são citados a Estratégia de Saúde da Família (ESF), o Programa Agentes Comunitários de Saúde (ACS), o Programa de Atenção à Saúde da Mulher, o Programa Nacional de Imunizações, o Programa Saúde na Escola, o Programa Primeira Infância Melhor, o Programa de Atenção à Saúde da Criança, o Programa de Atenção à Saúde do Idoso, Programas de Orientação e Prevenção de Doenças, o Programa em Vigilância em Saúde e Vigilância do Trabalhador, entre outros. Também são recorrentes em afirmar que participam das Campanhas Nacionais e Estaduais, bem como atuam, especialmente em parcerias com escolas e organizações do município, na realização de campanhas e programas de educação para a saúde. Foi possível perceber a existência de muitos programas e ações, mas com pouco nível de coordenação efetiva entre elas. Este é



um dilema quando predominam ações setoriais, ainda características das políticas públicas no Brasil (TUMELERO, 2018).

Quando questionados sobre a existência de serviços de saúde particulares nos municípios foram relatados a presença de laboratórios de exames clínicos; clínicas médicas, odontológicas, psicológicas, de fisioterapia e de nutrição; poucos centros de diagnósticos por imagens; e a existência generalizada de academias. Realidade essa que denota a ampliação dos serviços de saúde privada para os municípios de pequeno porte. Muitas complementando serviços do SUS e outras atuando tipicamente com serviços privados.

Em relação ao saneamento básico, apenas quatro municípios declararam possuir Plano Municipal de Saneamento e Conselho Municipal para a área. Na grande maioria, a área está ligada à Secretaria de Agricultura ou à Secretaria de Obras. Apenas um município fez referência à existência de uma estrutura própria de tratamento de esgoto cloacal urbano, nos demais predominando a fossa séptica e as fossas rudimentares. Também foi predominante a inexistência de rede pluvial separada ou isenta de redes clandestinas de lançamento de esgotos cloacais. A maioria denota a existência de acesso pleno da população a redes de água tratada, a programas de coleta de resíduos sólidos e ao fornecimento de energia elétrica. A criação de uma estrutura para atender e organizar a área do saneamento básico nos municípios da região ainda se constitui em um grande desafio, especialmente aos pequenos municípios (ROTTA; FRANQUI, 2019).

### **3.3 Habitação e Urbanismo**

Para o questionário das áreas de habitação e urbanismo obteve-se 18 respostas dos municípios, sendo quatro do COREDE Celeiro, oito do Missões, três do Fronteira Noroeste e três do Noroeste Colonial. Para Habitação, 16 municípios responderam não possuem secretaria específica, e sim vinculação com às secretarias de obras ou assistência social. Quando questionado se possui conselho municipal de habitação, 15 responderam que sim, mas apenas 5 relatam terem plano de desenvolvimento para área, no qual tem-se por objetivos qualidade de moradia digna, disponibilização de lotes e matérias para edificação de unidade de interesse social, alocação do FMHIS e fixar critérios para priorização de linhas de ação. Para Urbanismo 17 prefeituras relatam não possuem conselho e nem secretaria específica para área, estando ligado às secretarias de obras ou planejamento.

Em relação à estrutura de servidores que atuam nestas duas áreas, as respostas indicaram a inexistência quase completa, com raras exceções que referiram a presença de engenheiro e mestre de obras. O mesmo ocorrendo em termos de infraestrutura física e de



equipamentos. A vinculação à outras secretarias é realidade típica de pequenos municípios, nos quais demandas por direitos nesta área não constituem prioridade dos gestores.

Quase todos os municípios referiram a existência de projetos habitacionais implantados e/ou em fase de implantação, em parceria com o estado do Rio Grande do Sul ou com a União, com destaque para obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Programa “Minha Casa Minha Vida”, O Programa Emancipar, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Essa realidade que torna os pequenos municípios meros executores de programas e projetos estabelecidos em esferas superiores da Federação, é característica de uma política habitacional e de desenvolvimento urbano no Brasil, marcada por um déficit de descentralização e articulação na implantação das políticas públicas (MARICATO, 2014).

Os municípios respondentes referiram ainda a cobertura quase completa da população aos serviços de acesso à água potável, energia elétrica, estradas de acesso e redes de telefonia. Quando questionados sobre o acesso à internet, 11 municípios relataram não oferecer estruturas para esse fim, ficando a critério dos cidadãos o respectivo acesso, fornecido por empresas privadas. Essa realidade da falta de acesso qualificado aos serviços de internet é referida no diagnóstico das Regiões Funcionais de Planejamento do RS como um dos grandes desafios ao desenvolvimento, especialmente nos pequenos municípios. Também fica explícito que a solução desse problema passa por investimentos públicos e por uma política assertiva e articulada para a área (RIO GRANDE DO SUL, 2018).

### **3.4 Assistência e Previdência**

Para assistência e Previdência houve o retorno de seis municípios da região Celeiro, seis da Missões, sete da Fronteira Noroeste e quatro da Noroeste Colonial, sendo a segunda área em número de respostas recebidas. Para a assistência, todos os municípios respondentes afirmaram possuir secretaria específica, conselho municipal e plano de desenvolvimento. Nos planos de desenvolvimento destacam-se os objetivos de

Assegurar a oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social, tendo por funções a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos, através da rede socioassistencial pública do município garantindo o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS (Município A1).

Proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, a promoção da integração ao mercado de trabalho; habitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integridade à vida comunitária e vigilância socioassistencial (Município B3).



Percebe-se a existência de uma articulação nítida dos planejamentos municipais com os objetivos da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e com o Sistema Único de Assistência Social. O processo de implantação da PNAS é um desafio para os pequenos municípios brasileiros (BREVILHERI; PASTOR, 2013) e que demanda ações articuladas entre os diferentes entes da Federação (MANTEY; ROTTA, 2021).

Quando questionados a respeito da estrutura constituída para o atendimento da área da assistência, todos os municípios afirmaram contar com, pelo menos um, assistente social e com estrutura básica de atendimento, através de Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); 11 possuem atendimento especializado, via Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); e 9 possuem convênios com outras instituições para a prestação de serviços especializados. Essas estruturas e profissionais são responsáveis pelos encaminhamentos dos serviços da área, com destaque para o Cadastro Único da Assistência Social, o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada e atendimentos especializados à Pessoas com Deficiência.

No caso da Previdência, 16 municípios informaram possuir sistema próprio de previdência para os servidores municipais; e 17 referiram convênios de saúde com o Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul (IPE SAÚDE) ou com a UNIMED (não especificando qual), para atendimentos de seus servidores. Porém, nenhum município referiu possuir secretaria própria para a previdência, indicando que a mesma está, normalmente, associada à Secretaria de Administração ou de Assistência Social; nem mesmo indicaram possuir conselho municipal ou plano municipal para a área. Todos que as questões que envolvem a Previdência são atribuições do Governo Federal e estão afetas às empresas privadas e ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), com exceção dos servidores municipais. As informações sobre a área dão conta de que, mesmo integrando o trio da Seguridade Social, previsto no Art. 194, da Constituição Federal de 1988, a Previdência constitui foco distante das esferas municipais, mesmo que no parágrafo único do referido artigo, fique claro tratar-se de compromisso do poder público a organização da seguridade, incluindo os princípios da universalidade, da gestão descentralizada e da participação da comunidade.

Nos diagnósticos dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento da Região e em seus Planos de Desenvolvimento, elaborados nestas duas últimas décadas, fica evidente a preocupação com expressivos contingentes da População Economicamente Ativa que atuam em atividades informais ou que não possuem vinculação com Planos de Previdência que lhes



garanta seguros mínimos para acidentes de trabalho, afastamento do trabalho por doença ou até mesmo aposentadoria, dadas as novas condicionalidades criadas pelas reformas previdenciárias ocorridas neste período. Os municípios precisam colocar esse tema em pauta quando pensam na sua atuação diante das exigências constitucionais de garantia da seguridade social para toda a população.

### **3.5 Trabalho**

Na área do trabalho obteve-se o retorno de 22 municípios, sendo oito do Corede Missões, cinco do Fronteira Noroeste, três do Noroeste Colonial e seis do Celeiro. Nenhum deles possui secretaria própria, estando a área ligada ou à Secretaria de Administração ou à Assistência Social. Não referiram a existência de conselho e nem plano de desenvolvimento para a área. Questionados sobre a existência de programas, projetos e ações voltados para a área, oito citaram cursos de formação para professores e servidores municipais, mas relataram não possuírem qualquer tipo de ação no que se refere à população em geral.

Esta realidade vai ao encontro do constatado em pesquisas anteriores (ROTTA, 2007; ROTTA; LAGO; ROSSINI, 2017; ROTTA; LAGO; HENTGES, 2019) que denotam a ausência quase completa de aplicações de recursos do orçamento público municipal na área de trabalho nos municípios da Região Funcional 7; assim como a inexistência de políticas, programas, projetos e ações voltadas para a área. Trata-se de mais uma situação preocupante, pois quando se olham para os diagnósticos dos Coredes e seus planos de desenvolvimento, todos eles referem a qualificação de mão-de-obra como um dos grandes desafios; indicam a necessidade de cursos de aperfeiçoamento e de formação técnica e tecnológica. Porém, transparece a ideia de que isso seja de responsabilidade de outros entes da federação, da sociedade civil ou da iniciativa privada. Os entes municipais não assumem a área do trabalho como integrante do conjunto das políticas sociais e que demandam ações de sua esfera de competência.

## **CONCLUSÃO**

A Constituição brasileira de 1988 estabeleceu as bases de uma nova estrutura federativa, definindo autonomias e responsabilidades compartilhadas entre os entes da Federação; efetivou os princípios da descentralização, da gestão democrática e do controle social; e atribuiu aos municípios relativo protagonismo na concepção, organização e gestão das políticas públicas. Porém, a realidade que envolve os municípios brasileiros é diversa e desigual, tanto em área geográfica quanto em população, geração de riqueza e condições de



vida. Essa diversidade e desigualdade nem sempre é referência para o estabelecimento de leis, normas e regras que envolvem a organização e as estruturas básicas para a prestação dos serviços nas diferentes áreas de políticas públicas, especialmente as sociais.

O Brasil possui 5.570 municípios, dos quais 5.244 possuem população inferior a 100 mil habitantes. A Região Funcional 7, do Rio Grande do Sul, é composta por 77 municípios, todos eles com população inferior a 100 mil habitantes. Na mesma predominam municípios com população inferior a 20 mil habitantes (90,90% deles), seguindo uma lógica semelhante à apresentada no cenário nacional, que conta com 68,16% dos municípios com população inferior a 20 mil habitantes. Esta realidade vivenciada por municípios de pequeno porte ainda carece de estudos no que se refere às estruturas públicas criadas para a prestação dos serviços sociais e sobre a qualidade dos mesmos. Neste sentido que a pesquisa em curso, da qual resulta este texto, quer apresentar modesta contribuição.

Ao procurar mapear os programas, projetos, ações e estruturas existentes nos municípios da Região Funcional 7 para a prestação dos serviços sociais, especialmente aqueles decorrentes das áreas de políticas definidas no Art. 6º da Constituição Federal de 1988, percebeu-se que as áreas de educação, saúde e assistência social possuem estruturas de atendimento, gestão e controle social consolidadas. Não se entrou no mérito da qualidade dos serviços prestados. Aspecto que pode demandar futuras pesquisas.

Nas demais áreas investigadas (cultura, habitação, urbanismo, saneamento básico, previdência e trabalho) constatou-se uma realidade que aponta enormes desafios a serem enfrentados, quer na constituição de estrutura física, de gestão e de controle social, quanto na organização de programas, projetos e ações capazes de ofertar os serviços e garantir direitos. Muitas vezes, compartilhando estruturas administrativas ou repartindo sobras do orçamento, estas áreas não conseguem constituir estruturas mínimas e garantir sequências indispensáveis para a viabilização de programas, projetos e ações. Nesta condição elas ficam reféns de programas e projetos aprovados em outras esferas da federação, sendo o município reduzido a mero executor de políticas, contrariando, inclusive, os preceitos estabelecidos pela CF/88 no que tange à autonomia, descentralização e controle social.

Outro aspecto a destacar na pesquisa em curso é a dificuldade em obter informações atualizadas dos municípios no que tange às estruturas, programas, projetos e ações na área das políticas sociais. Os sites dos municípios apresentam informações parciais e/ou incompletas nas áreas objeto dessa investigação, evidenciando um longo caminho ainda ser percorrido para garantir os preceitos básicos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), na a Lei da Transparência (Lei nº 131/2009) e na Lei de Acesso à Informação – LAI (12.527/2011). Nem mesmo a opção por um questionário



estruturado, apoiado por contatos permanentes e frequentes com os gestores, se mostrou eficiente. Apenas 27,27% das informações esperadas retornaram. Não se pode desconhecer o fato de a pesquisa ter sido realizada em ambiente de pandemia da COVID 19, que levou muitas prefeituras a terem boa parte de suas estruturas administrativas trabalhando em *on office* ou com rodízios de servidores, prejudicando contatos, organização e fornecimento de informações.

O processo da pesquisa é um constante aprendizado, que se faz percorrendo os caminhos metodológicos traçados, enfrentando as dificuldades e buscando superá-las com vistas à realização dos objetivos propostos. Avaliar os resultados alcançados é essencial para dimensionar os próximos passos e, inclusive, para apontar na direção de novos projetos que projetem luz nos horizontes dos desafios encontrados. Certamente, entre os desafios dessa pesquisa se podem apontar a necessidade de aproximar Universidades, centros de pesquisa e pesquisadores, dos espaços pesquisados, no caso, as prefeituras; e a ampliação do escopo da mesma em direção à dados relativos à qualidade dos serviços prestados.

## REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

BOSCHETTI, Ivanete et al (org.). Que política social para qual emancipação? Brasília - DF: Abaré Editorial, 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A reforma do Estado nos anos 90**: lógica e mecanismos de controle. Caderno 1. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/cadernosmare/caderno01.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2021.

BREVILHERI, Eliane Cristina Lopes; PASTOR, Márcia. A trajetória de construção do SUAS: um estudo em pequenos municípios do norte do Paraná. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, Ano XVII, n. 30, p. 353-372, 2013.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Política social e desenvolvimento no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 1011-1042, dez. 2012.

CORREA, Diuly da Veiga. **Análise dos portais eletrônicos dos municípios do COREDE Missões-Rs utilizando O ITGP-M**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração). Curso de Administração, Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, 2020.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira**: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2004.



DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3. ed. revista e ampliada, São Paulo: Atlas, 1995.

FENNER, Vanessa Unfried; SCHEID, Liara Laís; VISENTINI, Monize Sâmara; ROTTA, Edegar. Fatores associados à transparência pública municipal um estudo regional no Rio Grande do Sul. **DrD – Desenvolvimento Regional em Debate**. v. 9, p. 683-707, 2019.

FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, p. 211-259, junho 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2004, p. 71-90.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. 3.ed. revista pelo autor, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Terceiro Trimestre de 2020**. Rio de Janeiro; IBGE, Jul-set. 2020. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact\\_2020\\_3tri.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2020_3tri.pdf). Acesso em: 10 abr. 2021.

LAGO, Ivann Carlos; ROTTA, Edegar. Políticas públicas e seus modelos de análise: argumentos em favor do neoinstitucionalismo e das abordagens culturais. In: HASS, Mônica; MATIELLO, Alexandre M.; ROTTA, Edegar; SEIBEL, Erni José (org.). **Políticas Públicas, descentralização e participação social**: contribuições ao estudo da trajetória em Chapecó (SC). Curitiba: CRV, 2019, p. 23-38.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal/lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 17 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2013.

MANTEY, Ana Sabina; ROTTA, Edegar. O Processo de Implantação da Política Nacional de Assistência Social: um estudo comparativo de quatro municípios da Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul. In: ROTTA, Edegar; JUSTEN, Andreia Fröhlich; SILVA, Juliani Borchardt da. (org). **Desenvolvimento e Políticas Públicas**: trajetórias de pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da UFFS, Campus Cerro Largo [recurso eletrônico]. Cruz Alta: Ilustração, 2021, p. 119-138.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Caminhos do pensamento**: epistemologia e método. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). **Pesquisa social – Teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.



PFEIFER, Mariana. O “social” no interior do projeto neodesenvolvimentista. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 746-766, out./dez. 2014.

RANDOLPH, Rainer. A tríade do desenvolvimento, planejamento e política (poder): proposições para investigações de transformações e políticas regionais. In: ETGES, V. E; CADONÁ, M. A. (orgs.). **Globalização em tempos de regionalização** – repercussões no território. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2016, p. 39-62.

RIO GRANDE DO SUL. **Plano Plurianual 2020-2023** - Caderno de Regionalização. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. Porto Alegre: SEPLAG, 2019a.

RIO GRANDE DO SUL. **Plano Plurianual 2020-2023 - Caderno de Regionalização: RF7**. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. Porto Alegre: SEPLAG, 2019b.

RIO GRANDE DO SUL. **Regiões Funcionais**. Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão, 2018. Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/28-regioes>>. Acesso em: 10 ag. 2018.

ROTTA, Edeimar. **Desenvolvimento regional e políticas sociais no noroeste do estado do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Serviço Social), PPGSS/PUCRS, Porto Alegre, 2007.

ROTTA, Edeimar.; LAGO, Ivann Carlos; ROSSINI, Neusa. Disputa pelo fundo público municipal: as políticas sociais na trajetória de duas décadas no Noroeste do Rio Grande do Sul. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 495-510, ag./dez. 2017. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/27554/1642>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

ROTTA, Edeimar; FRANQUI, Luís Henrique Teixeira. Saneamento ambiental na região das Missões-RS: realidade e desafios na implantação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento regional. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, p.313-333, set./dez. 2019.

ROTTA, Edeimar; LAGO, Ivann Carlos; HENTGES, Caroline. Políticas sociais em pequenos Municípios: Fundo público como diferencial no desenvolvimento. In: ANDRADE, Darly Fernando (org.). **Tópicos em Ciências Sociais – volume 2**. Belo Horizonte: Poisson, 2019, p. 63-73.

SANTOS, Micheli dos. **Transparência na gestão pública Municipal nos Municípios que integram o Conselho Regional de Desenvolvimento das Missões/RS**. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas) – Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas, Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, 2017.

SANTOS, Micheli dos; VISENTINI, Monize Sâmara. Elaboração de um ranking da transparência e compreensão das práticas de gestão de municípios integrantes do COREDE Missões-RS. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, MG, p. 239-247, out. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/ojs/apgs/article/view/5634>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4.ed. 2 reimpr.,



São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2006.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. Desenvolvimento: ambiguidades de um conceito difuso. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 1-15, dez. 2006.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (org.). **Observando o desenvolvimento regional brasileiro**: processo, políticas e planejamento. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

TUMELERO, Silvana Marta. **Intersetorialidade nas políticas públicas**. Guaju, Matinhos, v.4, n.2, p. 211-230, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/quaju/article/view/62201/37266>. Acesso em: 24 abr. 2021.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.